



UGT rejeita corte anunciado nas pensões de sobrevivência

Na sequência das notícias vindas a público sobre a intenção do Governo em avançar com novos cortes nas pensões, neste caso nas de sobrevivência, a UGT reafirma a sua liminar rejeição na aplicação desta medida tremendamente penalizadora e injusta, que põe em causa a já de si frágil situação de quem acabou, por circunstâncias da vida, de ficar viúv(a)o.

Esta medida, na linha das que têm vindo a ser adotadas pelo Governo, vem acentuar a ténue distancia que pode por em causa a estabilidade e a paz sociais, fatores tao acarinhados pela Troika, mas que parece não merecerem a devida atenção do Governo.

Não podemos prosseguir com este ataque desenfreado às funções sociais do Estado, aos serviços públicos e, neste caso específico, às pensões, que como todos sabemos, em face da elevada taxa de desemprego, são a única forma de rendimento de muitas famílias do nosso país.

Lamentamos que o Governo continue a eleger a austeridade cega e cruel como o caminho a seguir, ignorando os muitos sinais e opiniões de sentido contrario, em vez de adotar politicas que promovam o investimento e a criação de empregos, como única forma de orientar Portugal para o objetivo do crescimento económico.

As políticas até agora seguidas, e que teimosamente parecem manter-se, promovem, isso sim, as desigualdades, a injustiça social e a iniquidade, pondo mesmo em causa princípios constitucionalmente consagrados como a segurança e a confiança no Estado, atingindo sempre os mais frágeis e desprotegidos da sociedade portuguesa.

Lamentamos que as sucessivas remodelações governamentais não tenham trazido uma significativa alteração de políticas, algo que a UGT tem vindo a reclamar, insistindo-se num caminho que nos conduz ao empobrecimento e a exclusão.

Reafirmamos o nosso apoio e reivindicação à implementação de políticas que promovam Crescimento e Emprego, para que possamos ultrapassar a grave crise que o país atravessa.

Rejeitamos o continuado ataque aos rendimentos das famílias, como é o caso avassalador que a medida agora revelada pelo Governo indicia e deixamos o apelo a uma forte mobilização dos portugueses contra esta decisão e a tudo o que de indigno ela significa.

Neste dia em que se celebra a JORNADA MUNDIAL PELO TRABALHO DIGNO valerá a pena reivindicar igualmente uma GOVERNAÇÃO DIGNA.

Lisboa, 07 de Outubro 2013